



MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI
ISSN 2316-1663

VOLUME 9, NÚMERO 4 | OUT-DEZ 2020

TRANSFERÊNCIA LINGUÍSTICA DURANTE O PROCESSAMENTO BILÍNGUE: UMA ANÁLISE DA ORDEM DO ADJETIVO EM LÍNGUA INGLESA



LANGUAGE TRANSFER DURING BILINGUAL PROCESSING: AN ANALYSIS OF THE ADJECTIVE ORDER IN ENGLISH

Joelton Duarte de Santana
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, BRASIL

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 21/06/2020 • APROVADO EM 02/08/2020

Abstract

Using an offline acceptability judgement task (SCHUTZE, 2016), this paper analyzes how bilinguals process the adjective order from complex sentences in English like those of Small Clause. Considering as hypothesis the possibility that syntactic strings may be transferred (ODLIN, 1989 e JARVIS & PAVLENKO, 2008) from a mother tongue to a second language (L2), the processing of the adjective order in English by native bilinguals, late bilinguals, English-Portuguese Brazilian bilinguals (advanced, intermediate and basic proficiency levels) and ultimately monolingual speakers has been described. Throughout this paper, we suggest Brazilian bilinguals are able to process complex structures (Small Clause), even though they are more likely to transfer syntactic strings from their mother tongue to their L2 during its processing, regardless of the sentences read might be considered as ungrammatical by monolinguals, or eventually being read in a non-productivity context (AMARAL & ROEPER, 2014). Therefore, based on the data gathered, we suggest bilingual processing differs from monolingual processing (FELSER & CLAHSSEN, 2006), not only because of the bilinguals acceptance to the

ungrammatical sentences, but also because of their both languages (mother tongue and L2) not to be processed in a selective way (COOK, 2016 e GROSJEAN, 2013).

Resumo

A partir de uma tarefa offline de julgamento de aceitabilidade (SCHUTZE, 2016), o presente artigo analisa como bilíngues processam a ordem do adjetivo em sentenças complexas em língua inglesa como as de Small Clause. Partindo da hipótese de que restrições sintáticas podem ser transferidas de uma língua materna para uma segunda língua (ODLIN, 1989 e JARVIS & PAVLENKO, 2008), descrevemos o processamento sentencial da ordem do adjetivo em língua inglesa por falantes bilíngues nativos; bilíngues tardios; bilíngues brasileiros (português-inglês) nos níveis avançado, intermediário e básico; e, falantes monolíngues. Através deste estudo, sugerimos que bilíngues brasileiros sejam tanto capazes de processar estruturas complexas (Small Clause), quanto de transferir traços de sua língua materna durante o processamento de sua segunda língua (L2), ainda que em sentenças consideradas agramaticais por um falante monolíngue, ou em situações de não produtividade (AMARAL & ROEPER, 2014). Outrossim, a partir dos dados apresentados, aventamos que falantes bilíngues apresentem o processamento notavelmente diferente de falantes monolíngues (FELSER & CLAHSSEN, 2006), não apenas em virtude de sua aceitabilidade em relação às sentenças consideradas agramaticais, mas, sobretudo, em virtude de suas duas línguas (materna e L2) não serem processadas de modo seletivo (COOK, 2016 e GROSJEAN, 2013).

Entradas para indexação

KEYWORDS: Language processing. Bilingualism. Language transfer.

PALAVRAS-CHAVE: Processamento linguístico. Bilinguismo. Transferência linguística.

Texto integral

Introdução

Uma das áreas mais dinâmicas de pesquisa da Psicolinguística é, sem dúvida, a de estudos sobre o bilinguismo. A maioria dos estudos psicolinguísticos relacionados ao bilinguismo tem dedicado atenção particular a domínios bem específicos, a exemplo do processamento da linguagem em língua materna e segunda língua, aquisição e representação de segunda língua, além de aspectos relacionados a fatores cognitivos e do cérebro bilíngue.

Estudos sobre o bilinguismo, mais notadamente aqueles relacionados ao processamento da linguagem, têm proposto, por exemplo, que os sistemas linguísticos presentes na mente de um bilíngue não funcionariam separadamente.

Segundo Cook (2016), muitos dos questionamentos sobre o bilinguismo dizem respeito à relação existente entre os dois sistemas linguísticos presentes em uma mesma mente e se tais línguas formariam dois sistemas separados durante rotinas de processamento em uma das línguas ou se formariam um sistema único combinado e inter-relacionado.

Felser e Clahsen (2006), tendo como exemplo, sugerem que o processamento linguístico em uma segunda língua (L2) ocorra fundamentalmente diferente do processamento em língua materna ou nativa (L1), posto a diferença entre o processamento entre nativos e não nativos serem reais e fundamentais.

Embora seja um fato característico do bilinguismo que o falante bilíngue saiba duas ou mais línguas, a forma como essas línguas são organizadas na mente desse falante está longe de ser autoevidente. Hipóteses sobre a arquitetura gramatical e conseqüente armazenamento do conhecimento linguístico, segundo Hsin et al. (2013), organizam-se desde propostas que sugerem que existam duas gramáticas separadas, uma correspondente a cada língua; a propostas de que haja apenas uma gramática, partes das quais seriam usadas por uma língua sozinha, mas muitas das quais se sobreporiam.

Assim, objetivando investigar efeitos de transferência linguística ou evidências de influência translinguística durante o armazenamento e organização desse conhecimento na mente de bilíngues, propusemos uma tarefa de julgamento de aceitabilidade a falantes monolíngues e bilíngues, de modo a ser possível levantar hipóteses sobre o seu processamento linguístico.

A discussão que tencionamos propor foi organizada em quatro seções nas quais discorreremos, respectivamente, sobre o processamento de segunda língua e os efeitos de transferência linguística; a descrição sintática da ordem do adjetivo e o fenômeno da *Small Clause*; os aspectos metodológicos e experimentais; e, a análise e discussão dos dados; estas que se somam às seções de Introdução, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

Considerações teóricas: processamento de segunda língua e transferência linguística

No campo da aquisição de segunda língua e nos estudos sobre processamento, o fenômeno da transferência tem sido definido como “alguma influência”, seja facilitação, ou, mais frequentemente, interferência, da primeira língua (L1) sobre a segunda língua (L2) devido às similaridades e diferenças existentes entre essas duas línguas.

Por existirem evidências de diversos estudos de que o processamento de L2 é influenciado pela transferência de L1 (ODLIN, 1989; JARVIS & PAVLENKO, 2008; KIM & KIM, 2013), tem-se tornado cada vez mais importante analisar e entender o processamento sentencial por falantes bilíngues quando comparados a falantes monolíngues.

Alguns experimentos desenvolvidos na área de processamento de segunda língua por falantes bilíngues ou aprendizes de segunda língua, sejam esses nativos ou não nativos, têm mostrado que quando submetidos a experimentos, falantes não nativos estariam mais propensos a não perceber determinadas violações estruturais, caso aspectos linguísticos específicos de suas segundas línguas não estivessem presentes em suas línguas maternas. Segundo Liu & Nicol (2010), é possível, inclusive, que falantes não nativos transfiram características de sua língua materna para a sua outra língua.

Alguns autores têm defendido que o processamento de L1 e L2 compartilham o mesmo sistema e que diferenças de desempenho entre L1 e L2 aconteçam devido à influência da língua nativa dos bilíngues (AMARAL & ROEPER, 2014; GROSJEAN, 2013).

Muitos estudos de processamento sentencial também têm encontrado que alguns bilíngues, a despeito de condições de balanceamento e dominância, contariam com menos recursos linguísticos do que falantes nativos durante tarefas de compreensão de estruturas sentenciais complexas, por exemplo (FELSER & CLAHSEN, 2006). Assim, por existirem evidências de que o processamento de L2 seja influenciado pela transferência da L1, o processamento de L2 tem sido visto como menos automático e mais devagar do que o processamento de L1.

Grosjean (2013, p.16) afirma que muitos psicolinguistas têm defendido que o processamento perceptual em bilíngues seja não seletivo e que todas as línguas do bilíngue estariam envolvidas no processo que acontece durante atos de escuta e de leitura apenas em uma das línguas.

Assim, adotando a hipótese da possibilidade da transferência de aspectos de L1 para L2 (ODLIN, 1989 e JARVIS & PAVLENKO, 2008) durante rotinas de processamento e armazenamento do conhecimento linguístico por bilíngues, propusemo-nos a investigar em que medida restrições sintáticas na ordem do adjetivo quando grafado sentencialmente em língua inglesa podem influenciar, facilitar ou interferir, a compreensão de estruturas complexas em língua inglesa (*Small Clause*) por falantes bilíngues (português-inglês), cuja língua materna apresente restrições sintáticas diferentes da língua-alvo, quando comparados a falantes nativos monolíngues de língua inglesa, durante uma tarefa offline de julgamento de aceitabilidade.

Descrição sintática: a ordem do adjetivo

Propriedades sintáticas dos adjetivos quando grafados sentencialmente podem ser examinadas em situações controversas. Existem organizações estruturais em que, conforme seja a ordem do adjetivo e suas relações com o item lexical e sintático os quais caracterizam ou fazem referência, o significado pode ser inesperado e causar certa rejeição em quem as lê.

Em um estudo sobre a transferência translinguística na ordem do adjetivo por crianças bilíngues na pré-escola, Nicoladis (2006) percebeu que crianças, por exemplo, são mais propensas a incorporar estruturas de sua língua dominante para sua língua mais fraca do que o contrário. Nicoladis (2006, p.12) sugere que a sobreposição estrutural seja preditiva de transferência morfossintática, embora a transferência translinguística não seja limitada a casos de sobreposição estrutural. A transferência, nas palavras da autora, pode ser mais provável quando houver sobreposição estrutural.

Estudos como o de Jarvis e Pavlenko (2008, p. 61) têm inclusive proposto evidências robustas de que a transferência linguística pode se manifestar enquanto fenômeno da produção, percepção e compreensão de um usuário de segunda língua

(L2), inclusive sendo ele adulto, em relação às formas e estruturas que são afetadas pelo seu conhecimento em outra língua (L1).

Segundo Kemmerer et al. (2005, p.13), diferentes razões podem ser indicativas para o referido fenômeno, dentre as quais construtos gramático-semânticos de ordem linear e construtos léxico-semânticos de ordem composicional. Deste modo, nas palavras dos autores, algumas ordens sentenciais e, conseqüentemente, organização de elementos sintático-semânticos, seriam mais comuns, portanto, mais aceitáveis, ou toleráveis, do que outras. Isto porque, segundo sugerem Kemmerer et al. (2005, p16), a influência translíngua não seria igualmente visível em todas as áreas do uso da linguagem.

Kemmerer et al. (2005, p.14) dizem que, sintaticamente, em língua inglesa, a seqüência do adjetivo em ordem normal geralmente combina com o substantivo ao qual faz referência. Havendo assim, seqüências hierárquicas entre elementos sintáticos oracionais, a ordem de alguns elementos seria pré-estabelecida conforme o uso e a organização gramático-semântica de determinadas línguas.

Em Língua Portuguesa, os adjetivos também são uma classe de palavras que atribuem propriedades aos nomes (substantivos). Essa atribuição, conforme Almeida (2007), pode ocorrer de modo a qualificar ou subcategorizar determinado nome. No caso da qualificação, o adjetivo indica para o nome uma propriedade que pode não ser uma parte de suas propriedades constituintes, qualificando-o desse modo. Quando o adjetivo exerce uma função classificadora, ele coloca o nome que o acompanha em uma subclasse, exercendo um papel delimitador ou classificador.

No âmbito da gramática tradicional do português, a relação existente entre um nome (termo determinado) e um adjetivo (termo determinante), em função adnominal, seria mais comum de ocorrer com maior frequência depois do substantivo, principalmente com valor objetivo ou denotativo (CUNHA, 1972).

Neves (2000) sugere, por exemplo, que a posição pós-nominal do adjetivo, em Língua Portuguesa, esteja associada a uma interpretação restritiva, especificadora. Assim, a posição à direita do núcleo do SN seria [-marcada], por vezes, obrigatória, como nos exemplos (1) e (2), ou, por vezes opcional, como em (3) e (4). Em relação a certos adjetivos, essas duas posições estariam associadas a significados diferentes, como em (5). A anteposição seria [+marcada] e vista como mais frequente em textos literários, produzindo, em geral, o efeito de maior subjetividade.

(1) A mesa retangular / *A retangular mesa.

(2) A reunião anual / *A anual reunião.^[SEP]

(3) O amigo simpático / O simpático amigo.

(4) O acontecimento recente / O recente acontecimento.

(5) Meu amigo pobre / Meu pobre amigo.

Neves (2000, p. 200) diz ainda que a primeira observação sobre a posição que o adjetivo ocupa no sintagma nominal, em português, diz respeito ao fato de existirem diferenças no comportamento das duas grandes subclasses - os qualificadores e os classificadores. Os classificadores, usados como adjuntos adnominais, podem ser pospostos - posição menos marcada, como em (6) e (7) - ou

antepostos - posição mais marcada, como em (8) e (9), frequentemente observada em textos literários.

- (6) luxo *discreto*^[SEP]
- (7) pancada *suave*
- (8) *indefeso* homem
- (9) *falsa* amizade

Assim, os adjetivos que permitiriam, com maior frequência, a anteposição seriam aqueles capazes de expressar qualidades atribuídas a termos que têm uma relação específica com o substantivo qualificado, como no exemplo (8), em que o adjetivo não tem valor absoluto, mas sim se refere a uma característica inerente ao substantivo: homem é indefeso como homem.

Segundo Neves (2000, p. 204), a ordem do adjetivo qualificador pode ser livre, como em (10), obrigatoriamente posposta ou anteposta, como em (11) e (12), respectivamente, ou livre com alteração de sentido, como em (13). Os adjetivos classificadores, em função adnominal, incluídos os que exercem papel na estrutura argumental do nome, aparecem, normalmente pospostos, embora haja construções cristalizadas em que o adjetivo aparece sempre anteposto, como em (14).

- (10) homem *bonito*/*bonito* homem
- (11) tempo *ruim*^[SEP]
- (12) *mero* processo^[SEP]
- (13) *velho* amigo/ amigo *velho*
- (14) *pátrio* poder

A opção pela posição pós-nominal e, ou pré-nominal parece, nesse sentido, obedecer a restrições de caráter semântico. No entanto, Almeida (2007, p.16), diz que na língua portuguesa, no português brasileiro, mais especificamente; não temos uma ordem rígida para ocorrência do adjetivo, mas que existiria uma *ordem preferencial* e menos marcada, ainda que algumas ocorrências em ordem inversa fossem possivelmente aceitas.

Segundo Prim (2010), a Gramática Tradicional, de forma geral, não aponta posições específicas para diferentes adjetivos no sintagma nominal. Ao contrário, assume que há uma posição em que os adjetivos não são marcados e possuem “valor objetivo” que é a posição pós-nominal.

A sua colocação antes de nome, segundo a referida autora, indicaria uma opção estilística do falante, e, de modo geral, daria ao sintagma um sentido subjetivo “metafórico”.

- (1) Um simples homem x Um homem simples.
- (2) Um mero homem x Um homem mero.
- (3) Um vermelho carro x Um carro vermelho.

No entanto, embora em línguas como o português brasileiro, que apresenta certa flexibilidade na ordem dos elementos do sintagma nominal, nem todos os adjetivos podem aparecer nas duas posições, existindo casos em que sejam obrigatoriamente pré e pós-nominal. (Um homem simples X Um simples homem).

Todavia, convém igualmente ressaltar que a mudança de sentido não ocorre com todos os adjetivos, existindo situações nas quais não parece haver diferença alguma entre uma posição e outra, conforme sugere Prim (2010, p. 11), nos exemplos: o principal motivo X o motivo principal; um audacioso pintor X um pintor audacioso.

Ao presente estudo interessa tais tipos de adjetivos, os quais, independentemente de serem grafados antepostos ou pospostos aos substantivos, não refletem semanticamente na compreensão da sentença lida.

No que diz respeito à Língua Inglesa, o adjetivo é uma classe que tem função semelhante ao adjetivo em Língua Portuguesa. No entanto, nesse idioma a ordem do adjetivo é mais rígida, não existindo tantas flutuações na marcação do sintagma nominal e, ao contrário da Língua Portuguesa, muito mais do que implicações semânticas, a ordem do adjetivo está relacionada a restrições sintáticas.

Segundo Wallwork (2011), a expressão *White and black*, em inglês, por exemplo, soaria estranha para uma pessoa que a tivesse como língua materna. Assim, a ordem mais frequente, e por conseguinte, correta, nos termos do autor, seria *Black and White*. *White and Black* também soaria estranho, nas palavras do autor, para falantes de chinês, húngaro, polonês ou de tâmil, uma vez que, assim como os falantes nativos de inglês, tenderiam a preferir a ordem *Black and White* em suas línguas maternas, essas que obedeceriam a mesma ordem do inglês. Em oposição, seria mais provável que falantes de hindi, italiano ou espanhol, por exemplo, preferissem *white* antes de *black*.

É simples notar tais diferenças quando comparamos a ordem das palavras em língua portuguesa com a ordem das palavras em língua inglesa.

Em português brasileiro, por exemplo, é mais comum grafarmos o adjetivo posposto à categoria ou nome (substantivo) ao qual faz referência, ao contrário do inglês, idioma no qual essa mesma classe é comumente grafada anteposta à categoria que faz referência.

Em Língua Inglesa, os adjetivos normalmente são grafados antes dos substantivos aos quais se referem e descrevem, de modo que as sentenças em que os adjetivos cuja grafia difiram dessa norma sejam consideradas incorretas. Assim, segundo Wallwork (2011, p.29), os adjetivos, em língua inglesa, seriam normalmente grafados antes do substantivo o qual descrevem. Dessa forma, a sentença em (1) estaria correta e, portanto, considerada gramatical, à medida que a estrutura sentencial em (2) incorreria em agramaticalidade.

(1) *This is an interesting paper.*

(2) **This is a paper interesting for PhD students.*

Caso desejássemos escrever o adjetivo após o substantivo, tal escolha estrutural, segundo Wallwork (2011, p.30), incorreria necessariamente em uma diferente construção sintática, conforme pode ser observado em (3) e (4).

(3) *This paper is interesting for PhD students.*

(4) *The advisor considered the paper [to be] interesting for PhD students.*

Em (4), a agramaticalidade foi evitada ao ser inserida a *Small Clause* “to be”. Desse modo, adjetivos que são grafados depois dos substantivos, em língua inglesa, exigiriam ou requereriam, necessariamente, estruturas sentenciais diferentes ou atípicas, predominantemente condicionadas pela presença ou ocorrência de tipos de verbos específicos (YOKOGOSHI, 2008), se comparadas àquelas consideradas mais comuns ou mais recorrentes nesta língua (WALLWORK, 2011).

Assim sendo, no que diz respeito à ordem do adjetivo em inglês em que os adjetivos grafados pospostos aos substantivos requereriam estruturas sentenciais específicas, recorreremos ao fenômeno da *Small Clause* (YOKOGOSHI, 2008) que, a despeito de implicações sintático-semânticas, é capaz de permitir, mediante a presença de verbos específicos, que o adjetivo seja grafado tanto anteposto, quanto posposto ao substantivo ao qual faz referência.

Nesse sentido, adotando a hipótese da transferência de traços da língua materna (português) para a segunda língua (inglês) em contexto bilíngue, interessamos saber em que medida traços sintático-semânticos na ordem do adjetivo em língua portuguesa podem influenciar o processamento e compreensão de estruturas linguísticas complexas, como as de *Small Clause*, e se tais traços podem ainda ser transferidos, da língua portuguesa para língua inglesa, acarretando em uma maior tolerância ou assentimento dos bilíngues durante a leitura e julgamento de aceitabilidade de sentenças consideradas anômalas na língua-alvo.

Small Clause

Desde o surgimento do termo *Small Clause* na literatura, pesquisadores têm atribuído notável atenção à investigação das construções internas das *Small Clauses*. A natureza das abordagens dedicadas aos estudos relacionados à construção das *Small Clauses* tem sido admitida a partir de dois pontos de vistas teóricos.

O primeiro sugere que a *Small Clause* é, de fato, um constituinte sintático, sendo conhecido na literatura como Teoria das *Small Clauses*. Enquanto perspectiva teórica, a teoria das *Small Clauses* é advogada por inúmeros sintaticistas, a exemplo de Stowell (1981), Chomsky (1986), Kitagawa (1985), Radford (1988b), Aarts (1992) e entre outros. A segunda abordagem, no entanto, propõe que os elementos da *Small Clauses* não deveriam ser considerados constituintes sintáticos. Tal abordagem seria consideravelmente influenciada pela Teoria da Predicação, segundo Williams (1983).

No contexto das teorias da regência e da ligação, segundo Chomsky (1986), os estudiosos que defendem a teoria da *Small Clause*, propõem a existência de *small clauses*, ao advogarem que na construção [V, NP, XP], o NP e o XP façam parte de uma relação sujeito-predicado. O sujeito, assim, para os estudiosos que defendem a teoria da *Small Clause*, seria definido estruturalmente à medida que o NP seria diretamente dominado pelo S. Chomsky (1986, p. 91) sugere que os verbos principais selecionem semanticamente uma proposição e que a sequência [NP XP] deva ser um elemento semelhante a um tipo de sentença, portanto, considerada *Small Clause*.

Nesse sentido, segundo este autor, os verbos *matrix* seriam endereçados a um papel proposicional teta para a restrição [NP XP] como um todo, ao invés de endereçar dois papéis tetas para dois argumentos distintos. Assim, seria válido afirmar que as formas das restrições mencionadas [V, NP, XP], formariam um único constituinte e, portanto, deveriam ter uma interpretação oracional, mesmo que tal oração não apresentasse tempo verbal.

Segundo Yokogoshi (2008), os verbos *matrix* parecem selecionar *Small Clauses* a partir de uma mesma estrutura, no entanto, as *Small Clauses* selecionadas pelos verbos *consider* e *want* difeririam em suas propriedades semânticas e sintáticas e, portanto, deveriam ser tratadas como se dispusessem estruturas diferentes.

- a. *We consider Mary honest.*
- b. *We want Mary happy.*

Yokogoshi (2008, p.173), sugere que existam verbos que se comportariam sintática e semanticamente como os verbos *consider* e *want*, respectivamente, a saber:

- a. *believe, consider, find, imagine, judge, perceive, prove, regard, suspect, take, ...*
- b. *expect, fear, hate, like, love, need, want, ...*

Desse modo, a seleção das *Small Clauses* aconteceria a partir de uma perspectiva textual, à medida que fatores sintáticos e semânticos determinariam tal fenômeno. Ao supor que existiriam dois tipos de predicados possíveis para o fenômeno das *Small Clauses*, um decorrente dos verbos do tipo *consider* e outro dos verbos do tipo *want*, esses verbos acabariam por selecionar, necessariamente, predicados específicos. Isto porque, segundo Yokogoshi (2008, p. 174), verbos dos tipos *consider* e *want* tomariam várias categorias possíveis como frases predicativas no complemento de suas *Small Clauses*.

Faz-se necessário, portanto, rever algumas das propriedades das *Small Clauses* em Língua Inglesa. Conforme mencionado, verbos do tipo *consider* e do tipo *want* são capazes de tomar diversas categorias enquanto frases predicativas em seus complementos de *small clause*, segundo é possível observar nos exemplos propostos por Stowell (1981):

- 1a. *I consider Mary intelligent.* (AP)
- 1b. *I consider Mary John's best friend.* (NP)
- 1c. *I consider your son grown up.* (VP)
- 1d. **I consider John off my ship.* (PP)

- 2a. **I want Mary intelligent.* (AP)
- 2b. **I want Mary my best friend.* (NP)
- 2c. *I want this issue solved immediately.* (VP)
- 2d. *I want this sailor off my ship.* (PP)

Stowell (1981, p. 259) propõe que categorias das frases predicativas dentro das *Small Clauses* dependam dos verbos matrix e, portanto, sejam projeções máximas de suas frases predicativas.

No entanto, Kitagawa (1985, p.212) afirma que, mais importante do que as categorias predicativas, seria o tipo semântico de tais frases predicativas, caso desejemos discutir acerca da gramaticalidade das *Small Clauses*. Isto se deve ao fato de que, nas palavras do autor, os verbos do tipo *consider* selecionariam *small clauses* que expressariam “mudança de estado” (3), enquanto que os verbos do tipo *want* expressariam “estado das coisas” (4).

- 3a. *I consider Mary {honest/intelligent/*happy/*angry}.*
- 3b. *Unfortunately, our pilot considers that island off the route.*
- 4a. *We want Mary {happy/angry/*honest/*intelligent}.*
- 4b. *I expect that sailor off my ship by midnight.*

A proposta de Kitagawa (1985) daria conta da agramaticalidade (indicada por *) observada nos exemplos propostos por Stowell (1981) como em (1d) e (2a e 2b), uma vez que poderíamos ter, portanto, uma *Small Clause* de categoria (AP) em que os verbos *matrix* ao ativar uma categoria adjetival, teriam que necessariamente, ativar um estado de coisas mediante *consider*, e características permanentes com *want* (ou vice-versa). Independentemente da categoria adjetival ativada, ainda assim, teríamos uma *Small Clause* Adjetival.

Svenonius (1994) também apresenta uma explicação para as diferenças entre os verbos do tipo *consider* e do tipo *want*. O autor sugere que verbos do tipo *consider* selecionariam *small clauses* que denotariam propriedades permanentes, enquanto que os verbos do tipo *want* denotariam relações temporárias de estado e transitoriedade. Os exemplos a seguir ilustram a distinção entre os verbos do tipo *consider* (5a, 5b e 5c) e *want* (6a, 6b e 6c), nos termos do referido autor.

5a. *The republics consider Zhirinovsky a threat.*

5b. *We find him unbearable.*

5c. *They proved the allegations false.*

6a. *Zhirinovsky wants reformers out of the parliament.*

6b. *We fear the rescue party lost in the mountains.*^[SEP]

6c. *She likes her eggs over-easy.*

Ao presente estudo, interessam os exemplos de sentenças, propostos por Svenonius (1994) em (5c) e (6c), nos quais os adjetivos grafados admitem a posição posposta aos substantivos aos quais se referem. Os exemplos supracitados, acabam, notadamente, por se alinhar a categoria de *small clause* (AP), segundo proposto por Stowell (1981) e, por fim, aos tipos semânticos das frases predicativas, conforme proposto por Kitagawa (1985) em (2a) e (3a).

Uma outra análise possível e de perspectiva não unitária, acerca do fenômeno das *Small Clauses*, é apresentada por Baker (1997) quando propõe que existam dois tipos de *Small Clauses*, a saber, *Small Clauses* Verbais e *Small Clauses* Adjetivais, que, necessariamente, deveriam ser distintas em termos sintáticos. Dessa forma, as *Small Clauses* verbais seriam projeções de V, enquanto as *Small Clauses* adjetivais seriam projeções de uma categoria funcional Pred. As representações arbóreas referentes às *Small Clauses* Verbais e Adjetivais podem ser observadas em (7a) e (7b) respectivamente.

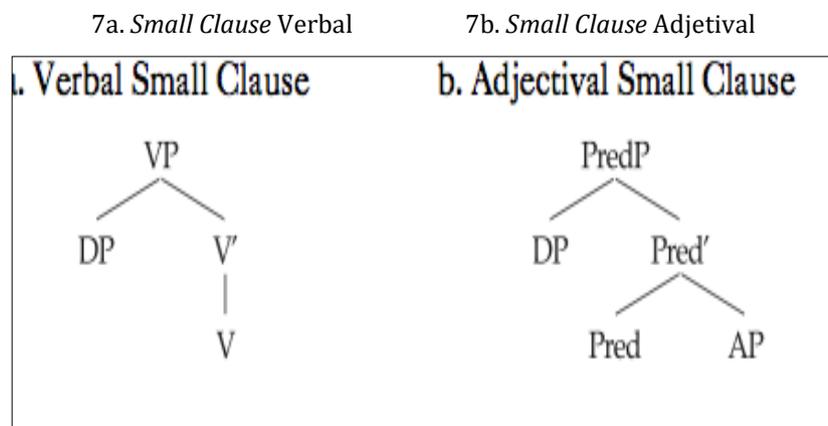


Figura 01. *Small Clauses* Verbal e Adjetival

De acordo com Baker (1997), a principal diferença entre as *Small Clauses* verbais e adjetivais residiria em suas estruturas temáticas. Logo, para as *Small Clauses* verbais, o argumento temático para o verbo seria interno e para as *Small Clauses* adjetivais, o argumento seria externo. Assim, à medida que verbos seriam capazes de acionar papéis-teta, os adjetivos não seriam. Segundo o referido autor, os adjetivos precisariam da ajuda do Pred para acionar papéis-teta para seus argumentos externos.

Assim, neste estudo, adotamos as estruturas sentenciais em que o adjetivo pode ser grafado posposto ao substantivo, seja enquanto categoria [AP], (STOWELL,

1981); seja como tipo de categorias semânticas, (KITAGAWA, 1985), seja remontando a propriedades permanentes ou temporárias, (SVENONIUS, 1994), ou como *Small Clause* Adjetival (BAKER, 1997). São as estruturas sentenciais e grupos de verbos sugeridos pelos autores supracitados que interessam à análise e discussão de dados que tencionamos propor.

Aspectos metodológicos e experimentais

Para que estudos em Psicolinguística Experimental tornem-se válidos cientificamente, a condução de experimentos tem sido cada vez mais sugerida. Desta forma, apresentaremos, a seguir, os aspectos metodológicos do experimento empreendido.

O propósito do experimento conduzido foi testar em que medida restrições sintáticas durante o processamento da ordem do adjetivo, por parte de falantes bilíngues brasileiros de português-inglês, os quais apresentam em sua língua materna restrições sintáticas distintas das de sua segunda língua, poderiam ou não influenciá-los durante a compreensão de estruturas complexas (*Small Clauses*) mediante uma tarefa de julgamento de aceitabilidade *offline* (SCHUTZE, 2016), se comparados a falantes nativos monolíngues, bilíngues nativos e bilíngues tardios.

A metodologia empregada no experimento proposto, sobre a ordem do adjetivo em língua inglesa, foi a tarefa *offline* de julgamento de aceitabilidade realizada a partir de um experimento de leitura automonitorada (*self-paced reading*) não cumulativa, na qual os participantes tiveram de pressionar um botão (*space*) no teclado de um computador para avançar e ler palavra por palavra durante cada sentença proposta.

Tal método, segundo Liu & Nicol (2010, p.03) tem sido largamente empregado com bastante sucesso tanto em pesquisas envolvendo falantes monolíngues como falantes bilíngues e aprendizes de segunda língua.

Após a leitura das sentenças experimentais e distratoras, uma mesma pergunta se seguia ao término de cada uma das sentenças lidas, “*Acceptable or Unacceptable?*” (*Aceitável ou Inaceitável?*), para a qual os participantes deveriam apertar o botão verde do teclado (correspondente a tecla *c*), caso a julgassem como Aceitável; e, o botão vermelho (correspondente a tecla *m*), caso a julgassem Inaceitável, conforme tinham sido previamente instruídos.

Vinte e quatro (24) grupos de sentenças experimentais contendo quatro sentenças cada grupo, uma para cada condição elencada; bem como, quarenta e oito (48) sentenças distratoras, foram criadas para o experimento proposto. Assim, tínhamos para cada sentença experimental duas sentenças distratoras, de maneira que cada uma das quatro condições experimentais fosse vista seis vezes por cada um dos sujeitos.

Nenhum dos participantes viu todas as sentenças experimentais do mesmo grupo, uma vez que os experimentos foram rigorosamente controlados e as sentenças foram randomizadas e distribuídas seguindo o *design* de distribuição do quadrado latino.

O experimento contou com 166 participantes, dos quais 73 eram do sexo masculino e 93 do sexo feminino, recrutados em Nova Iorque - Estados Unidos e João Pessoa - Brasil. Dos participantes recrutados, vinte e cinco (25) foram considerados monolíngues nativos; quarenta e seis (46) bilíngues nativos (bilíngues de nascença); vinte e oito (28) bilíngues tardios, dezoito (19) bilíngues brasileiros-nível avançado; vinte e nove (29) bilíngues brasileiros-nível intermediário e, por fim, dezoito (19) bilíngues brasileiros-nível básico.

Para os sujeitos recrutados no exterior, atribuímos a classificação de nativos monolíngues aos participantes que tinham nascido nos Estados Unidos e, eventualmente não falassem, ou sequer tivessem estudado, alguma outra língua além do inglês, em contexto formal de ensino; bilíngues nativos aos participantes que tinham nascido nos Estados Unidos, mas que falassem além do inglês uma outra língua, ambas desde a mais tenra idade - salientamos que a literatura tem exaustivamente classificado esse tipo de bilíngue como bilíngues de nascença ou *early bilinguals* (cf. BEARDSMORE, 1986) - e; por fim, bilíngues tardios aos participantes que tivessem estudado ou adquirido a língua-alvo após a primeira infância, ou seja, na adolescência ou na vida adulta.

No que diz respeito aos sujeitos recrutados no Brasil, estes foram classificados, predominantemente, a partir do desempenho demonstrado em um teste de proficiência (*Vocabulary Level Test* - VLT). Todos os sujeitos recrutados no Brasil foram chamados de bilíngues, nos termos de Grosjean (2013), e foram agrupados nos níveis básico, intermediário e avançado considerando os níveis de palavras atingidos durante o teste de proficiência mencionado (NATION, 1990).

Dessa forma, foi atribuída a classificação bilíngues brasileiros-nível avançado, aos sujeitos que completaram o nível de dez mil palavras (10,000); bilíngues brasileiros-nível intermediário, aos que completaram o nível de cinco mil palavras (5,000); e, por fim, bilíngues brasileiros-nível básico, àqueles que atingiram o nível de três mil palavras (3,000).

Todos os participantes apresentavam faixa etária entre 18 e 50 anos e tinham visão normal ou corrigida.

Conforme mencionado, o experimento proposto dizia respeito à ordem do adjetivo em língua inglesa, cujas variáveis independentes consistiam em: tipo de verbo: 1) verbos capazes de acionar ou permitir a interpretação de *Small Clause* - verbos do tipo *want* e *consider* no passado, e 2) verbos incapazes de acionar ou possibilitar a interpretação de *Small Clause* - verbos regulares também no passado; além da ordem do adjetivo: 1) anteposta ao substantivo e 2) posposta ao substantivo¹.

Assim, os participantes foram posicionados em frente a um computador. Na tela do computador apareciam os segmentos que formavam cada uma das sentenças, experimentais e distratoras, de modo não cumulativo.

¹ Os verbos e adjetivos utilizados nas sentenças experimentais deste estudo tiveram sua frequência controlada a partir do Corpus of Contemporary American English - COCA, de modo que para ser considerada frequente e, conseqüentemente, exemplo válido para o experimento proposto, cada palavra deveria apresentar, minimamente, mil (1.000) ocorrências ao longo do *corpus* mencionado.

Ao término da leitura de cada sentença, uma questão relacionada à aceitabilidade da sentença lida, surgia na tela, levando os sujeitos a apertar as teclas correspondentes às respostas, aceitável, botão c (verde) e inaceitável, botão m (vermelho).

A seguir, temos as quatro condições experimentais as quais nos referimos:

(1) Verbos Small Clause, Adjetivo Posposto (SCAP)

The/ student/ confirmed/ the/ substance/ harmless/ in/ a/ task/ at/ the/ laboratory.

(2) Verbos Small Clause, Adjetivo Anteposto (SCAA)

The/ student/ confirmed/ the/ harmless/ substance/ in/ a/ task/ at/ the/ laboratory.

(3) Verbos Normais, Adjetivo Posposto (VNAP)

**The/ student/ analyzed/ the/ substance/ harmless/ in/ a/ task/ at/ the/ laboratory.²*

(4) Verbos Normais, Adjetivo Anteposto (SCAP)

The/ student/ analyzed/ the/ harmless/ substance/ in/ a/ task/ at/ the/ laboratory.

É importante mencionar que, para familiarizar os participantes ao experimento, eles foram expostos a dez (10) sentenças de ordem diversa, de modo que pudessem praticar as ações esperadas durante a leitura automonitorada, tanto no que compete ao manuseio do computador na aparição de palavra-palavra, quanto no que diz respeito à dinâmica do julgamento de aceitabilidade. Cada participante realizou a tarefa do experimento conduzido em 20 minutos.

O software *PsyScope* foi utilizado para a programação do experimento de leitura automonitorada em um computador MacBook Air da Apple. O referido software permitiu-nos gravar as respostas propostas por cada um dos participantes durante a tarefa de julgamento de aceitabilidade.

Transferência Linguística durante o processamento bilíngue: uma análise da ordem do adjetivo em língua inglesa através de uma tarefa de julgamento de aceitabilidade

² Dos grupos de sentenças lidas, apenas uma, de cada grupo era, de fato, agramatical, conforme pode ser observado na estruturação sentencial apresentada na condição (3).

Mediante o empreendimento do experimento *online* sobre a ordem do adjetivo em língua inglesa, os sujeitos investigados, tinham que, durante a tarefa de leitura automonitorada, julgar as sentenças lidas enquanto aceitáveis ou inaceitáveis.

A partir da observância das respostas obtidas no julgamento de aceitabilidade, que foram propostas por cada um dos grupos de sujeitos investigados, durante a realização do experimento mencionado, algumas preferências em relação tanto à aceitabilidade quanto à inaceitabilidade das sentenças lidas puderam ser observadas.

Essas preferências foram descritas a partir das variáveis ordem do adjetivo e tipo de verbo, condições essas assumidas como relevantes para o presente estudo, de modo a nos permitir compreender em que medida rotinas de processamento sintático e tarefas de julgamento de aceitabilidade poderiam ou não ser afetadas pela transferência linguística ou influência translinguística.

Os dados obtidos foram investigados e descritos através de uma análise cuidadosa de Qui-Quadrado utilizando o Teste de Kruskal-Wallis. O teste de Kruskal-Wallis (KW) é um teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais populações (ESTATCAMP, 2014). Ele é usado para testar a hipótese nula de que todas as populações possuem funções de distribuição iguais contra a hipótese alternativa de que ao menos duas das populações possuem funções de distribuição diferentes.

Os valores críticos referentes ao nível de significância fixado no Teste de Kruskal-Wallis, enquanto teste de Qui-Quadrado (χ^2), são representados pela letra p (p valor) e validam estatisticamente o fenômeno analisado quando menores ou iguais a 0,05 ($p < 0,05$).

Desse modo, os resultados e padrões mais relevantes para a presente discussão, e que apresentaram p valor significativo, foram reunidos e, portanto, apresentados a seguir:

1. Sobre os nativos monolíngues, percebemos que este grupo de sujeitos demonstra-se sensível à variável ordem do adjetivo, uma vez que julgaram ser mais aceitáveis as sentenças em que os adjetivos eram lidos na ordem anteposta aos substantivos. No que diz respeito à variável tipo de verbo, os nativos monolíngues não demonstraram consenso em relação à aceitabilidade ou inaceitabilidade das sentenças lidas nas condições SCAP, em que a interpretação de *Small Clause* seria possível, $\chi^2=0,42$, $p=0,513$, quando analisadas isoladamente. No entanto, quando analisadas a aceitabilidade e a inaceitabilidade das sentenças lidas, ao agrupar as quatro condições experimentais, percebemos a existência de níveis de aceitabilidade e inaceitabilidade entre as estruturas e condições das sentenças propostas, a saber, SCAA, $\chi^2=4,50$, $p < 0,03$; SCAP, $\chi^2=44,82$, $p < .0,5$; VNAA, $\chi^2=29,04$, $p < .0,5$; e VNAP, $\chi^2=0,42$, $p=0,513$. Nesse sentido, tais graus de aceitabilidade, permitem-nos sugerir que os nativos monolíngues sejam capazes de realizar a interpretação das *Small Clauses* nas sentenças lidas, uma vez que o referido grupo de sujeitos julgou as sentenças lidas na condição SCAP como sendo mais aceitáveis do que as sentenças na condição VNAP, além de considerar as sentenças na condição VNAP mais inaceitáveis do que as sentenças na condição SCAP, $\chi^2=11,13$, $p < 0,0008$.

Quando analisada isoladamente, a predominância das respostas propostas às frases lidas nesta condição (SCAP) foi de inaceitáveis, $\chi^2=71,25$, $p < 0,5$.

2. A partir das repostas obtidas através do grupo de nativos bilíngues, pudemos perceber padrão semelhante ao encontrado para os nativos monolíngues. Os nativos bilíngues foram igualmente sensíveis à variável ordem do adjetivo e julgaram como mais aceitáveis as sentenças em que os adjetivos eram lidos antepostos aos substantivos. No que diz respeito à variável tipo de verbo, embora a predominância das respostas obtidas para as sentenças lidas nas condições SCAP e VNAP tenha sido de inaceitáveis, quando comparadas entre si, pudemos perceber, igualmente baseando-nos nos níveis de aceitabilidade e de inaceitabilidade, que as sentenças lidas nas condições SCAP foram consideradas mais aceitáveis do que as sentenças lidas na condição VNAP, $\chi^2=74,44$, $p < .0,5$. Consequentemente, as sentenças na condição VNAP acabaram sendo consideradas como mais inaceitáveis. Essa “gradação” em relação à aceitabilidade e inaceitabilidade das sentenças lidas nas condições mencionadas, SCAP, $\chi^2=11,36$; $p < 0,0007$; e, VNAP, $\chi^2=39,18$, $p < 0,5$, leva-nos a supor que os nativos bilíngues sejam capazes de realizar a interpretação de *Small Clause*.

3. No que concerne às respostas dos bilíngues tardios, observamos que existe uma sensibilidade deste grupo de sujeitos em relação à variável ordem do adjetivo, em que os adjetivos são mais aceitáveis quando lidos antepostos aos substantivos, SCAA, $\chi^2=10,5$, $p < 0,001$, e VNAA, $\chi^2=14,88$, $p < 0,001$. Embora o referido grupo de sujeitos não tenha apresentado um consenso sobre o fato das sentenças lidas na condição SCAP serem unanimemente aceitáveis ou inaceitáveis, não foram observados graus de aceitabilidade ou inaceitabilidade entre as quatro condições experimentais propostas entre as sentenças lidas, $\chi^2=0,85$, $p=0,354$. Quando comparadas entre si as condições SCAP e VNAP, no que diz respeito aos graus de aceitabilidade e inaceitabilidade, não foram observados níveis ou graus de aceitabilidade ou inaceitabilidade em direção a uma ou a outra condição, $\chi^2=0,11$, $p=0,733$. Tal ocorrência, faz-nos sugerir que os bilíngues tardios não sejam capazes de interpretar as *Small Clauses* lidas nas sentenças propostas.

4. No que diz respeito às respostas obtidas a partir do grupo de bilíngues brasileiros-nível avançado, pudemos perceber que os sujeitos em discussão são sensíveis à variável verbo, uma vez que preferiram a ordem anteposta dos adjetivos em relação aos substantivos, SCAA, $\chi^2=8,78$, $p < 0,003$ e VNAA, $\chi^2=14,05$, $p < 0,0001$. Assim, este grupo de sujeitos considerou mais aceitáveis as sentenças lidas nas condições em que tal ordem tivesse sido percebida. Sobre a variável tipo de verbo, o referido grupo de sujeitos considerou que as sentenças lidas na condição SCAP eram mais aceitáveis do que as lidas na condição VNAP, $\chi^2=14,97$, $p < 0,0001$, julgando por fim, essa última condição como mais inaceitável do que aquela. Logo, podemos inferir que a interpretação de *Small Clause* também seja realizada pelos bilíngues brasileiros nível – avançado. Importa-nos salientar que, ainda que este grupo de sujeitos considere as frases lidas na condição VNAP mais inaceitáveis do que as lidas na condição SCAP, quando analisada isoladamente, as respostas que predominaram quanto as frases lidas na condição VNAP foram as aceitáveis, $\chi^2=11,13$, $p < 0,0008$.

5. Em se tratando dos bilíngues brasileiros-nível intermediário, foi observado padrão bastante semelhante ao dos bilíngues brasileiros-nível avançado. O grupo

de sujeitos em análise julgou serem mais aceitáveis as sentenças em que os adjetivos foram lidos antepostos aos substantivos, demonstrando, portanto, sensibilidade em relação à variável ordem do adjetivo, SCAA, $\chi^2=8,35$, $p<0,003$ e VNAA, $\chi^2=25,45$, $p<0,05$. Os bilíngues brasileiros-nível intermediário não apenas apresentaram uma falta de consenso em relação ao fato das sentenças lidas na condição SCAP, $\chi^2=0,077$, $p=0,780$, serem aceitáveis ou inaceitáveis, mas julgaram, quando descrita à relação de graus de aceitabilidade e inaceitabilidade das sentenças lidas, que as sentenças lidas na condição SCAP eram mais aceitáveis do que as sentenças VNAP, $\chi^2=14,06$, $p<0,0001$. Assim sendo, sugerimos que esse grupo de sujeitos também seja capaz de realizar a interpretação de *Small Clauses*. Importa mencionar ainda que, embora este grupo de sujeitos considere a condição VNAP mais inaceitável do que a SCAP, quando analisada isoladamente, as respostas que predominaram no julgamento de aceitabilidade para esta condição (VNAP) foram as aceitáveis, $\chi^2=49,21$, $p<0,05$.

6. Por fim, temos o grupo de bilíngues brasileiros-nível básico, cujas respostas permitiram-nos a compreensão de que estes preferiam a ordem anteposta dos adjetivos em relação aos substantivos, e, necessariamente julguem mais aceitáveis as sentenças lidas nas condições em que tal ordem seja encontrada, SCAA, $\chi^2=12,89$, $p<0,0003$ e VNAA, $\chi^2=10,74$, $p<0,001$. Todavia, percebemos que os bilíngues brasileiros-nível básico parecem ser insensíveis a variável verbo, não apenas pela falta de consenso entre as respostas aceitáveis ou inaceitáveis para as sentenças lidas nas condições SCAP, $\chi^2=0,64$, $p=0,421$, e VNAP, $\chi^2=0,91$, $p=0,33$, quando analisadas isoladamente, mas, sobretudo, por não terem sido observados graus de aceitabilidade ou inaceitabilidade em direção a uma ou a outra condição, relação SCAP x VNAP, $\chi^2=0$, $p=1$. Essa ocorrência, leva-nos a sugerir que o referido grupo de bilíngues não seja capaz de realizar a interpretação de *Small Clause*.

A partir dos padrões observados e descritos, parece-nos possível sugerir algumas considerações.

No que diz respeito ao grupo de nativos monolíngues e bilíngues nativos, foi observado que, durante o julgamento de aceitabilidade, esses grupos de sujeitos apresentaram-se sensíveis à condição ordem do adjetivo, julgando serem mais aceitáveis as sentenças lidas em que os adjetivos encontravam-se antepostos aos substantivos, sendo, igualmente, capazes de perceber a existência das *Small Clauses* (YOKOGOSHI, 2008). Isto porque, ambos os grupos de sujeitos consideraram ser mais aceitáveis as sentenças lidas na condição SCAP, em que os adjetivos foram grafados pospostos aos adjetivos junto aos verbos do tipo *want* e *consider*, se comparadas às sentenças lidas na condição VNAP, cuja presença dos verbos normais não seria capaz de permitir a interpretação de *Small Clause*.

Sobre o grupo de bilíngues brasileiros níveis-avançado e intermediário, percebemos que estes grupos de sujeitos são capazes, não só de preferir a ordem anteposta do adjetivo em relação ao substantivo, uma vez que atribuíram o maior número de respostas aceitáveis para as sentenças nesta condição (SCAA e VNAA), mas também, e sobretudo, foram capazes de realizar operações linguísticas complexas, como por exemplo, o processamento e julgamento de aceitabilidade de estruturas complexas, a exemplo da *Small Clause*.

Sobre os bilíngues tardios e os bilíngues brasileiros-nível básico, percebemos que estes grupos de sujeitos não são capazes de processar ou compreender a complexa sintaxe dos verbos e das frases predicativas nas condições SCAP, resultando assim na não interpretação das *Small Clauses* entre as sentenças lidas nesta condição.

A esta ocorrência, poderíamos atribuir, por exemplo, o fato de que estes sujeitos tenham adquirido sua L2 após a puberdade, ou ainda ao fato de que, conforme propõe Sorace (2011), estruturas da língua envolvendo uma interface sintaxe-pragmática seriam menos prováveis de serem completamente adquiridas em estágios avançados de aquisição de segunda língua por adultos, ou que o processamento sintático seria menos automático para eles.

Todavia, acreditamos ser mais apropriado recorrer ao fator da proficiência para explicar a insensibilidade das *Small Clauses* por parte dos grupos de sujeitos mencionados (bilíngues tardios e bilíngues brasileiros-nível básico), uma vez que, tanto bilíngues brasileiros-nível avançado, como bilíngues brasileiros-nível intermediário também aprenderam a L2 após a puberdade, mas, ainda assim foram capazes de realizar a interpretação das *Small Clauses*, apresentando, inclusive, comportamento e desempenho semelhantes aos dos falantes nativos monolíngues e nativos bilíngues (ou de nascença).

Nesta feita, sugerir que o processamento e a compreensão de L2 por falantes adultos sejam unilateralmente ou universalmente processos mais superficiais e menos profundos que difiram qualitativamente daqueles referentes aos falantes nativos (CLAHSEN & FELSER, 2006); ou, ainda que o processamento sintático seria menos automático pra eles (SORACE, 2011); parece-nos não ser tão razoável assim.

Assim, os bilíngues brasileiros-nível avançado e bilíngues brasileiros-nível intermediário, consideraram as sentenças lidas nas condições SCAP com mais aceitáveis do que as lidas na condição VNAP, pelo fato de que aquelas, diferentemente destas, não seriam possíveis de incorrer agramaticalidade. Assim, por serem gramaticalmente possíveis na língua inglesa (YOKOGOSHI, 2008; WALLWORK, 2011) as *Small Clauses* não apenas permitiriam, mas admitiriam a grafia posposta de um adjetivo em relação ao substantivo.

Todavia, a despeito de todas as considerações até então propostas, acreditamos ser necessário e importante analisar e descrever as especificidades de cada grupo de sujeitos bilíngues em estudos que envolvam o bilinguismo, posto que diferenças individuais concernentes à proficiência, bem como às diferenças referentes a cada uma das línguas de um bilíngue, por exemplo, podem resultar em fenômenos e padrões bem específicos, quando não, singulares.

Tal ressalva se deve ao fato de que, neste estudo, embora os bilíngues brasileiros níveis-avançado e intermediário tenham sido capazes de perceber e processar a estrutura complexa de *Small Clauses*, estes mesmos grupos de sujeitos consideraram as sentenças lidas na condição VNAP (cujo verbo não seria capaz de permitir a interpretação de *Small Clause*), quando analisada isoladamente, como mais aceitáveis do que inaceitáveis, $\chi^2=11,13$; $p<0,0008$ e $\chi^2=49, 21$; $p< .0,5$, respectivamente.

As sentenças lidas nesta condição (VNAP), diferentemente daquelas (SCAP) incorrem em agramaticalidade, porém, ainda assim, foram consideradas como aceitáveis. Logo, ainda que a alta proficiência dos bilíngues brasileiros níveis-

avançado e intermediário tenha-lhes permitido interpretar a estrutura predicativa complexa dos verbos que admitem interpretação de *Small Clause*, essa mesma proficiência não foi capaz de inibir ou impedir que o fenômeno da transferência linguística atuasse durante sua compreensão durante o julgamento de aceitabilidade.

Isto se deve ao fato de que, em virtude do fenômeno da transferência, apesar de suas respectivas proficiências, bilíngues brasileiros níveis-avançado e intermediário não apenas aceitaram, mas julgaram como aceitáveis as sentenças lidas na condição em que o adjetivo foi grafado em uma ordem considerada agramatical ou de não produtividade na língua inglesa (WALLWORK, 2011), ainda que potencialmente gramatical e aceitável na Língua Portuguesa.

Assim, segundo Liu & Nicol (2010), é-nos lícito sugerir que falantes não nativos transfiram, de algum modo, características de sua língua materna para a sua outra língua.

Considerações finais

Muitas têm sido as suposições, modelos e hipóteses propostos a respeito de como as línguas de um bilíngue seriam representadas em sua mente. Embora sejam cada vez mais crescentes as evidências sobre rotinas de processamento e modelos de representação bilíngues, ainda está longe de ser autoevidente o modo como as línguas de um indivíduo que saiba duas ou mais línguas estariam representadas, organizadas e inter-relacionadas no cérebro bilíngue.

Todavia, a partir dos dados obtidos neste estudo, o qual assumiu a visão holística de bilinguismo (GROSJEAN, 2013), a qual propõe, inclusive, que os sistemas linguísticos presentes na mente de um bilíngue não funcionem separadamente, acreditamos ser possível realizar algumas considerações acerca do processamento e compreensão bilíngues, pelo menos no que diz respeito à forma que a ordem do adjetivo em língua inglesa encontrar-se-ia organizada na mente de um bilíngue.

Embora questões como proficiência e idade de aquisição possam ter afetado o processamento, compreensão e julgamento de aceitabilidade dos bilíngues tardios e bilíngues brasileiros-nível básico, os quais não foram capazes de perceber ou processar uma estrutura complexa que envolve questões sintáticas e semânticas como a de *Small Clause*, uma vez que julgaram as sentenças lidas na condição SCAP como inaceitáveis, tais questões pareceram não interferir, em absoluto, o processamento, compreensão e julgamento de aceitabilidade dos bilíngues brasileiros níveis-intermediário e avançado.

Isto porque, os bilíngues brasileiros-níveis avançado e intermediário foram capazes de processar, compreender e julgar como aceitáveis sentenças complexas (YOKOGOSHI, 2008), como as de *Small Clause* na condição SCAP, assemelhando-se, inclusive, aos falantes nativos monolíngues e bilíngues nativos (bilíngues de nascença), que também julgaram ser aceitáveis as sentenças nas condições SCAP. No entanto, a despeito de suas proficiências avançada e intermediária, respectivamente, esses mesmos sujeitos foram capazes de admitir, julgando, inclusive, como aceitáveis as sentenças na condição VNAP, cujos verbos não permitiriam interpretação de *Small Clause* (WALLWORK, 2011), diferentemente

daqueles (nativos monolíngues e bilíngues nativos) que por não as admitirem, julgaram-nas unanimemente como inaceitáveis.

Nesta feita, é-nos lícito aventar que, para além de questões como proficiência e idade de aquisição, *questões linguísticas* parecem, sim, influenciar significativamente o processamento, compreensão e organização do conhecimento linguístico por bilíngues, a exemplo do fenómeno da transferência, uma vez que tal processamento e organização parecem ser não seletivos (COOK, 2016; GROSJEAN, 2013) e não modulares (KROLL ET AL., 2012) em virtude da organização e interação dinâmica entre as línguas de um bilíngue.

Referências

AARTS, Bas. **Small Clauses in English: The Nonverbal Types**. Berlin — New York: Mouton de Gruyter, 1992.

ALMEIDA, Christiano Pereira. **A identificação de nomes e adjetivos por crianças adquirindo o PB**. 2007, Dissertação de Mestrado. UFJF.

AMARAL, L; ROEPER, T. **Multiple grammars and second language representations**. 2014. p. 01-65.

BAKER, Mark C. **On the Distribution between Adjectives and Verbs**, ms., 1997. McGill University/Rutgers University.

BEARDSMORE, H. B. **Bilingualism: basic principles**. (Vol. 1). Multilingual Matters, 1986.

SCHUTZE, C. T. **The Empirical Base of Linguistics: Grammaticality Judgments and Linguistic Methodology**. Berlin: Language Science Press, 2016.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of Language, its Nature, Origin, and Use**, New York, Praeger, 1986.

CLASHEN, Harald; FELSER, Claudia. Continuity and shallow structures in language processing. **Applied Psicolinguistics**, 27. 2006, pp.107-126.

CUNHA, C. F. **Gramática da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro, MEC, 1972.

COOK, Vivian. Premises of Multi-competence. IN.: COOK, Vivian; Li, Wei. **The Cambridge Handbook of Linguistic Multi-Competence**. Cambridge University Press, 2016.

ESTATCAMP. Software Action. Estatcamp - **Consultoria em estatística e qualidade**, São Carlos – SP, Brasil, 2014. URL <http://www.portalaction.com.br/>.

GROSJEAN, François. **The Psycholinguistics of Bilingualism**. Wiley-Blackwell, 2013.

- HSIN, Lisa et al. **Priming Cross-Linguistic Interference in Spanish-English Bilingual Children**. Cascadilla Press, 2013.
- JARVIS, Scott. PAVLENKO, Anetta. Transferability and factors that interact with transfer. In.: **Cross-linguistic Influence in Language and Cognition**. Routledge. New York, 2008.
- KEMMERER, David et al. Big brown dog or brown big dog? An electrophysiological study of semantic constraints on prenominal adjective order. **Brain and Language**. Science Direct, 2006.
- KITAGAWA, Y. "Small but clausal". IN.: **Papers from the Twenty-first Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**, *CLS 21*:, 1985. 210-220.
- KIM, Kitaek; KIM, Hyunwoo. L1 Korean Transfer in Processing L2 English Passive Sentences. **Second Language Research Forum**, ed. Erik Voss et al., Sommerville, MA. 2013. p. 118-128.
- KROLL, J., BOGULSKI, C., MCLAIN, R. Psycholinguistic perspectives on second language learning and bilingualism. **Linguistic Approaches to Bilingualism 2** (1). 2012. p. 1-24.
- LIU, Rong; NICOL, Janet. **Online Processing of Anaphora by Advanced English Learners**. University of Arizona, 2012.
- NATION, I.S.P. **Teaching and learning vocabulary**. New York: Newbury House, 1990.
- NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. São Paulo, UNESP, 2000.
- NICOLADIS, Elena. Cross-linguistic transfer in adjective–noun strings by preschool bilingual children. **Bilingualism: Language and Cognition** 9 (1), 2006, 15–32.
- ODLIN, Terence. **Language Transfer**. Cambridge University Press, 1989.
- PRIM, Cristina de Souza. **A Sintaxe dos adjetivos nas posições Pré e Pós-nominal**. Dissertação de mestrado, 2010. Universidade de Santa Catarina. 109 págs.
- RADFORD, Andrew. **Transformational Grammar: A first course**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988b.
- SORACE, Antonella. Pinning down the concept of “interface” in bilingualism. **Linguistic Approaches to Bilingualism** 1:1. 2011, 1–33.

STOWELL, Tim. **Origins of Phrase Structure**. Ph.D. Dissertation, 1981. Massachusetts: MIT.

SVENONIUS, Peter. **Dependent Nexus: Subordinate Predication Structures in English and the Scandinavian languages**, Doctoral dissertation, 1994. University of California at Santa Cruz.

WALLWORK, A. English for Writing Research Papers, **Springer Science and Business Media**, LLC, 2011.

WILLIAMS, E. Against small clauses. **Linguistic Inquiry**, 14(2). 1983. p. 287-308.
YOKOGOSHI, Azusa. The Structure of Small Clause Predication: The Textual Functions of their Heads. **Hersetec**, v.1 ed.1. 2008, p. 173-189.

Para citar este artigo

SANTANA, J. D. Transferência linguística durante o processamento bilíngue: uma análise da ordem do adjetivo em língua inglesa. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 9., n. 4., 2020, p. 33-49.

O Autor

JOELTON DUARTE DE SANTANA é Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE). Pós-Doutor em Estudos em Linguística Aplicada - Ensino e Aprendizagem de Línguas Estrangeiras (UFRN). Doutor em Teoria e Análise Linguística - Aquisição de Linguagem e Processamento Linguístico (UFPB) com estágio doutoral na Queens College - CUNY (City University of New York). Mestre em Teoria e Análise Linguística - Linguagem, Sentido e Cognição (UFPB). Graduado em Letras Português - Inglês (UPE).